



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

PLANO DE CURSO

DEPARTAMENTO: Direito

DISCIPLINA: Direito Constitucional e Administrativo

CÓDIGO: DIR0323

PRÉ-REQUISITO:

CARGA HORÁRIA: 75 HS

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL: Conceito e Objetivo. História do Direito Constitucional Brasileiro. Organização Brasileira. Tripartição do Poder. Sistema Tributário Nacional. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Declaração dos Direitos. Ordem Econômica e Social.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Noções Preliminares. A Administração Pública. Os Poderes Administrativos. Os Atos Administrativos. Os Contratos Administrativos. Os Serviços Públicos. Os Servidores Públicos. O Domínio Público. A Intervenção na Propriedade e no Domínio Econômico. A Responsabilidade Civil da Administração. O Controle da Administração.

1. OBJETIVOS

Propiciar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2.1. Direito Constitucional

2.1.1. Conceito e objeto

2.1.2. Posição do quadro geral do direito

2.1.3. Fontes, métodos e interpretação

2.2. História do Direito Constitucional Brasileiro

2.2.1. Constituição de 1824

2.2.2. Ato Adicional de 1824

2.2.3. Proclamação da República a 15.11.1899

2.2.4. Constituição de 1891

2.2.5. Reforma de 1826

2.2.6. Revolução de 1930

2.2.7. Revolução de 1932

2.2.8. Constituição de 1934

2.2.9. Carta de 1937

2.2.10. Constituição de 1946

2.2.11. Reforma Parlamentarista

2.2.12. Revolução de 1964

2.2.13. Constituição de 1967

2.2.14. Emenda Constitucional de 17.10.1969

2.3. A Organização Constitucional Brasileira

2.3.1. República

- 2.3.2. Federação: regime representativo
- 2.3.3. Origem do poder
- 2.4. Tripartição do Poder
 - 2.4.1. Doutrina de Montesquieu
 - 2.4.2. Proibição de delegar atribuições
 - 2.4.3. Proibição de acumular funções
 - 2.4.4. Distribuição do poder
 - 2.4.5. Poderes expressos
 - 2.4.6. Poderes implícitos
 - 2.4.7. Poderes concorrentes entre a União e os estados
 - 2.4.8. Legislação estadual supletiva e complementar
- 2.5. Sistema Tributário Nacional
 - 2.5.1. Especificação dos tributos impostos
 - 2.5.2. Taxas
 - 2.5.3. Contribuição de melhoria
 - 2.5.4. Empréstimo compulsório
 - 2.5.5. Princípios constitucionais de direito tributário
 - 2.5.6. Princípio da legalidade, princípio da anulidade, proibição de tributos interestaduais e intermunicipais, imunidade recíproca
 - 2.5.7. Outras imunidades
 - 2.5.8. Impostos federais, estaduais e municipais
 - 2.5.9. Rendas compartíveis
- 2.6. Poder Legislativo
 - 2.6.1. Natureza
 - 2.6.2. Unicameralismo e bicameralismo
 - 2.6.3. Organização e funcionamento
 - 2.6.4. Câmara dos deputados: composição e competência
 - 2.6.5. Senado federal: composição e competência
 - 2.6.6. Congresso nacional: composição e competência
 - 2.6.7. Imunidade parlamentar
 - 2.6.8. Processo legislativo
 - 2.6.9. O tribunal de contas
- 2.7. Poder Executivo
 - 2.7.1. O presidencialismo
 - 2.7.2. Atribuições do presidente da república
 - 2.7.3. Responsabilidade e "impeachment"
 - 2.7.4. Ministro de estado
- 2.8. Poder Judiciário
 - 2.8.1. Dualismo do poder judiciário
 - 2.8.2. Garantias e magistratura: vitaliciedade, inamobilidade e inedutibilidade de vencimentos
 - 2.8.3. Órgão do poder judiciário: supremo tribunal federal
 - 2.8.4. Conselho federal da magistratura
 - 2.8.5. Justiça federal
 - 2.8.6. Justiça militar
 - 2.8.7. Justiça eleitoral
 - 2.8.8. Justiça do trabalho
 - 2.8.9. Tribunais e juízes estaduais
- 2.9. Declaração dos direitos
 - 2.9.1. Generalidades
 - 2.9.2. Declarações de direito da Constituição do Brasil
 - 2.9.3. Nacionalidade
 - 2.9.4. Direitos políticos
 - 2.9.5. Partidos políticos
 - 2.9.6. Direitos e garantias individuais
- 2.10. Ordem Econômica e Social

- 2.10.1. Generalidades
- 2.10.2. Princípios fundamentais
- 2.10.3. Intervencionismo estatal
- 2.10.4. Legislação em favor do trabalhador
- 2.10.5. Atividades nacionalizadas
- 2.10.6. Família, educação e cultura
- 2.11. Direito administrativo: noções preliminares
- 2.11.1. O direito, direito público privado, direito administrativo
- 2.11.2. Relações com outros ramos do direito e com as ciências sociais
- 2.11.3. Direito administrativo e política
- 2.11.4. Fontes do direito administrativo
- 2.11.5. Codificação do direito administrativo
- 2.11.6. Interpretação do direito administrativo
- 2.11.7. Evolução histórica do direito administrativo
- 2.11.8. Direito administrativo no Brasil
- 2.11.9. Sistemas administrativos no Brasil
- 2.11.10. Sistemas administrativos
- 2.11.11. O sistema administrativo brasileiro
- 2.12. Administração Pública
- 2.12.1. A estrutura administrativa: conceitos, elementos e poderes do estado
- 2.12.2. Organização do estado e da administração
- 2.12.3. Governo e administração
- 2.12.4. Órgãos públicos
- 2.12.5. Agentes públicos
- 2.12.6. Investidura dos agentes públicos
- 2.12.7. Atividade administrativa: princípios básicos da administração
- 2.12.8. Os poderes e deveres do administrador público
- 2.12.9. O uso e o abuso do poder
- 2.13. Os poderes administrativos: considerações gerais
- 2.13.1. Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia
- 2.14. Os atos administrativos
- 2.14.1. Conceitos e requisitos do ato administrativo
- 2.14.2. Atributos do ato administrativo
- 2.14.3. Classificação dos atos administrativos
- 2.14.4. Espécies de atos administrativos
- 2.14.5. Motivação dos atos administrativos
- 2.14.6. Invalidação dos atos administrativos
- 2.15. Os contratos administrativos: considerações gerais
- 2.15.1. Formalização do contrato administrativo
- 2.15.2. Execução do contrato administrativo
- 2.15.3. Inexecução e rescisão do contrato administrativo
- 2.15.4. Contratos administrativos em espécies
- 2.15.5. Licitação
- 2.16. Os serviços públicos: considerações gerais
- 2.16.1. Autarquias
- 2.16.2. Entidades paraestatais
- 2.16.3. Serviços delegados e particulares
- 2.16.4. Convênios e consórcios administrativos
- 2.17. Os servidores públicos: considerações gerais
- 2.17.1. Organização do funcionalismo
- 2.17.2. Normas constitucionais pertinentes ao funcionalismo
- 2.17.3. Deveres e direitos dos funcionários
- 2.17.4. Responsabilidades dos funcionários
- 2.18. O domínio público: considerações gerais
- 2.18.1. Terras públicas, águas públicas, jazidas, florestas, fauna, espaço aéreo, patrimônio

histórico e artístico nacional

2.19. A intervenção na propriedade e no domínio econômico: considerações gerais

2.19.1. Intervenção na propriedade

2.19.2. Intervenção no domínio econômico

2.20. A responsabilidade civil da administração: considerações gerais

2.20.1. A responsabilidade civil da administração no direito brasileiro

2.20.2. A reparação de dano

2.21. O controle da administração: considerações gerais

2.21.1. Controle administrativo

2.21.2. Controle judiciário

2.21.3. A administração em juízo

3. METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

4. RECURSOS

Quadro branco, transparências, data show, textos etc.

5. AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades.

FORMATIVA: auto-avaliação, participação, assiduidade e pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

6. BIBLIOGRAFIA

EM BRANCO